

Editorial

Caros colegas: autores, colaboradores e leitores,

Eis que estamos aqui novamente, para trazer à luz o segundo volume da Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET. Assim como antes, é com grande alegria e satisfação que mais um pequeno passo é dado na longa jornada que esta recente iniciativa na área acadêmica de turismo tem pela frente.

Embora se tenha aqui uma continuidade da revista em sua segunda edição, seja de procedimentos administrativos, da linha editorial ou mesmo do contato entre a rede de colaboradores, este segundo volume pode ser entendido, porém, como uma “nova” revista. Não apenas pelos seus temas e objetos singulares dispostos ao longo de suas páginas, mas porque, de fato, ainda que em um segundo número, significativa gama de afazeres é inédito: outros autores, novos pareceristas, o momento peculiar das universidades em que nos encontramos, enfim, é um novo contexto. E, portanto, a revista, como não poderia deixar de ser, enquanto reflexo de um conjunto de indivíduos, situados em respectivos tempos e espaços únicos, certamente passa a ser o amálgama de um conjunto de situações, também especiais.

Nesse sentido, porque o ser humano e, sobretudo, a comunidade acadêmica, sempre está em permanente evolução (quase sempre denominada “qualificação”, “amadurecimento” ou “acúmulo de experiência”) em suas obras, ou melhor, “produções”, dificilmente se poderá realizar duas ações exatamente iguais. É como se a essência, os procedimentos, a técnica estivessem dados e cabe, a cada um, se apropriar delas; ainda que iguais, a subjetividade inata de cada um, suas predileções teóricas e limitações desencadeariam, sempre, produções únicas.

Em um mundo em que muito se fala de reprodução, homogeneização e similaridade, oferecer um segundo volume de um periódico recém-criado, portanto em vias de ser melhor conhecido no Brasil, nos colocou face a face com um desafio: como dar continuidade a algo, sendo, ao mesmo tempo, diferente? Isso porque o segundo volume de um periódico, sob nosso prisma, implica desafios instigantes, quais sejam: evitar a repetição de temáticas muito semelhantes em uma mesma edição, haja vista o caráter abrangente da área de turismo, fomentar o aumento de nosso escopo de contribuições e melhorar continuamente. E realizar tudo isso em um exíguo período de tempo!

Após o período de elaboração do segundo volume, em que essas reflexões fizeram parte de nossos

pensamentos, acreditamos, entretanto, que os desafios foram vencidos, especialmente devido às generosas colaborações dos autores, que, para nossa surpresa, nos pareciam enviar partes valiosas de algo, que, dispostas juntas, parecem formar um todo coeso e, sobretudo, enriquecedor.

É simbólico que o primeiro texto que abre este volume, “Jovem pesquisador em Turismo: Magnus Luiz Emmendoerfer”, de autoria de Alice Rodrigues Borges, seja uma síntese da riqueza do *métier* acadêmico, em que jovens graduandos podem tatear os desafios de construir conhecimentos ao lado de pessoas mais experimentadas. A bolsista de iniciação científica apresenta um Prof. Magnus Luiz não apenas sob a ótica de suas notórias produções acadêmicas, mas como seu lado humano, ao evidenciar a influência da família em sua trajetória profissional. E mais: parece traçar um pormenorizado “roteiro de viagem”, que Emmendoerfer vivencia ao longo de suas respectivas qualificações pelo país, isto é, evidencia um educador que esteve em diversos locais do Brasil, como que a assinalar que o acadêmico Magnus Luiz Emmendoerfer que conhecemos hoje seja resultado não apenas de um conjunto de teorias apreendidas e práticas efetivadas ao longo de sua vida, mas também resultado da vivência de um conjunto de culturas, dentre as tantas existentes no Brasil, que certamente têm contribuído para seu destaque como um dos jovens pesquisadores em turismo de mais ativos da atualidade.

Já Magnus Luiz Emmendoerfer e Érica Beranger Silva Soares se propõem a realizar uma empreitada, de partida, desafiadora, por intermédio do texto “Por um turismo sustentável: uma análise à luz das abordagens de desenvolvimento no planejamento público do turismo em Minas Gerais (2007-2010)”: como tratar o tema do planejamento do turismo sem cair para o “já dito” ou ainda realizar uma análise, cujo escopo seria tão diminuto, que seria quase impossível pensar outras realidades a partir dessa investigação? E os autores nos enriquecem com suas reflexões ao analisar o turismo no planejamento público estadual de Minas Gerais, 11 anos após a implementação do programa estadual de Circuitos Turísticos e aproximadamente 8 anos depois do surgimento do Ministério do Turismo e do Choque de Gestão, macro política gerencial do Estado. Não apenas pelo enfoque dado ao tema da sustentabilidade no turismo, que passa a ser compreendida ali como a busca pelo atendimento de desejos das comunidades envolvidas com o turismo, mas pela constatação de que, a despeito do Estado de Minas Gerais ter um viés marcadamente gerencial em seu modelo administrativo,

envida esforços para alinhar a sua política pública relacionada ao turismo com as políticas públicas federais, eivadas que são por um modelo administrativo que prima pela participação e descentralização, postulados que o Estado de Minas Gerais, embora com deficiências, busca abarcar.

O texto “Das Raízes ao Turismo: um breve estudo sobre a trajetória histórica de Conceição do Ibitipoca (MG)”, de autoria da turismóloga Lilian Souza é mais uma agradável surpresa. Isso porque, de maneira clara e vigorosa, a autora assinala que foi o Estado o responsável por criar um conjunto de impactos negativos na criação do Parque Estadual do Ibitipoca, no município mineiro de Lima Duarte. Pautada em um referencial teórico de fôlego, a autora resgata a história de criação dessa Unidade de Conservação, que, embora já tenha sido uma das mais visitadas do Brasil, ao longo da década de 90, foi, contudo, edificada sobre radical mecanismo de expropriação de famílias de suas terras. E, além disso, Lilian constata que, muitos dos conflitos existentes na região atualmente, dentre os quais destaca-se a especulação imobiliária, remontam à pretérita ação estatal quando do surgimento do parque. A autora, ainda, ao longo de suas investigações, detecta que dispositivos criados pela comunidade local para amenizar os impactos negativos oriundos da chegada de forasteiros têm sido, aos poucos, apropriados por parte desses mesmos elementos “de fora”, com vistas a mitigar questionamentos e ações capazes de corrigir distorções socioeconômicas existentes na região. O Estado, então, tido como mediador de interesses, parece ter sido, ali, o fiel da balança, menos em favor da população local e mais em favor dos interesses econômicos do empresariado.

Manuela de Oliveira Botrel, Iara de Cássia Silva Santos, Priscila Gomes Araújo e José Roberto Pereira nos descortinam, ao longo de um ensaio teórico, um vasto horizonte analítico aos refletir sobre a gestão dos bens culturais no Brasil. Os autores não apenas elaboram um pormenorizado apanhado da história das políticas federais de preservação e gestão de bens culturais no país, mas também evidenciam as contradições e limitações que perpassaram boa parte das ações governamentais nesse setor, como, por exemplo, a ênfase, sobretudo na primeira metade do século XX, conferida a proteção dos bens materiais. O texto “Entre a Gestão Pública e a Gestão Social de Bens Culturais no Brasil” sopesa, ainda, que, embora haja no Brasil uma preponderância quanto a uma gestão pública, consequentemente centralizada, com limitações e, às vezes, arbitrária em relação à gestão dos bens culturais, seja o patrimônio

cultural material ou imaterial, deveria haver, não apenas um maior debate em torno da Gestão Social do patrimônio, como também uma maior incidência desse modelo de gestão sobre os referidos bens. Até porque, segundo os pesquisadores, essa linha de gestão seria mais eficiente, na medida em que fomentaria uma maior participação da sociedade civil na valorização, uso e resguardo dessas manifestações.

Já o artigo “Usos de um espaço público: um estudo de caso do Parque Halfeld, Juiz de Fora, MG” problematiza a questão do espaço público e seu uso, associado ao turismo ou não, focalizando na principal praça pública – e um dos principais atrativos – de Juiz de Fora (MG). Neste texto, Thaís Oliveira da Dalt divulga os resultados de seu estudo empírico, sustentado por entrevistas realizadas junto a membros de três grupos sociais distintos, em que discute como este espaço é apropriado de forma singular por cada grupo, que lhe atribui um significado específico. Suas considerações encaminham para o fato de que a pluralidade e diversidade de atores e grupos sociais que ocupam temporária e rotativamente o mesmo espaço público conferem traços democráticos à imagem mental predominante quando se pensa neste espaço: a de lazer. Porém, assevera também que por trás de tal aparência existem certos grupos e formas de ocupação predominantes que, em certa medida, impõem a dinâmica e o ritmo dos usos e ocupação dos espaços públicos, inclusive deste. A autora pondera ainda que, apesar dos grupos e usos serem diferentes, é necessária uma igual preocupação no sentido de manter e preservar as condições de existência e os recursos do parque.

Por fim, em “Vínculos entre Turismo, Eventos e o Patrimônio Imaterial em Juiz de Fora, Minas Gerais: uma reflexão sobre processo de registro do “Miss Brasil Gay”, de autoria de Graziela Dias e Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior, descerra um debate acerca do que acontece após o registro ou tombamento de um dado patrimônio. Tomando como objeto de análise o evento “Miss Gay”, realizado anualmente na cidade mineira de Juiz de Fora, os pesquisadores procuram apreender, sob a ótica de agentes estratégicos quanto a realização do evento, que consequências essa ação pública municipal trouxe para a festividade. Mediante minucioso estudo do processo de registro do Miss Gay, que foi reconhecido registrado como patrimônio imaterial do município, através da instituição do Decreto nº 9276, de 14 de agosto de 2001, além de entrevistas com os organizadores do evento, o estudo traz à tona o debate acerca dos fins políticos que iniciativas como esta albergam. E mais: evidenciam que por trás de

discursos que primam pelo “resguardo”, “preservação” ou “conservação” do patrimônio, existem interesses de natureza econômica, que, nem sempre, são explicitados à população, especialmente aquela ligada ao bem registrado ou tombado.

Deste modo, ao cabo desta empreitada, reunimos neste número um conjunto diversificado, tanto temática quanto analiticamente, de textos originais. Porém, mesmo de maneira plural é possível encontrar um fio condutor neste fascículo que gira em torno de dois temas. Se por um lado, tematicamente, alguns artigos versam sobre a gestão pública (das políticas de turismo Estado de Minas Gerais; do Parque Estadual do Ibitipoca e seu entorno; e da gestão do patrimônio cultural), por outro, o patrimônio e diversidade cultural aparecem de forma mais contundente nos demais artigos, sendo um deles, inclusive o intermediário dessa interlocução, já que faz em si mesmo o diálogo entre a gestão pública e o patrimônio cultural e, por isso, está estrategicamente posicionado no centro desta edição.

Outrossim, não poderíamos terminar esta comunicação sem deixar de mencionar mais uma vez nossa especial gratidão àqueles que generosamente contribuíram material e simbolicamente para a realização deste 2º número. Explicitamente, queremos agradecer à direção do Instituto de Ciências Humanas/ ICH, que na figura do seu diretor, Eduardo Salomão Condé, possibilitou os recursos financeiros necessários; ao corpo de revisores, que silenciosa e anonimamente, tem contribuído com seus conhecimentos para melhorar a qualidade dos artigos aqui veiculados e com isso engrandecer a nossa revista, sobretudo em seu caráter científico; e, aos autores que têm depositado em nós e nesta empreitada seu voto de confiança, brindando-nos com seus trabalhos originais e seguramente de qualidade, o que só vem prestigiar ainda mais a Anais Brasileiros de Estudos Turísticos / ABET.

Por tudo isso e a todos, o nosso muito obrigado e uma ótima leitura!

Thiago Duarte Pimentel
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior
Co-editores